



ACÓRDÃO Nº 27/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 27/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11773/2019.

Aposos: Processo nº 11434/2019 e 15035/2019.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Marãã.

4- Exercício: 2018.

5- Responsável: Luiz Magno Praiano Moraes (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2681/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marãã. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais. Determinação.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas Gerais da Prefeitura Municipal de Marãã, referente ao exercício 2018, sob a responsabilidade do **Sr. Luiz Magno Praiano Moraes**, Prefeito e Ordenador de Despesas, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, caput e parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas e art. 1º, I e do art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM c/c o art. 11, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, conforme delineado na fundamentação do Relatório-Voto;

10.2. Determinar o encaminhamento, após a sua devida publicação, do respectivo **Parecer Prévio**, acompanhado do Relatório-Voto e de cópia integral deste Processo à Câmara Municipal de Marãã, para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das



ACÓRDÃO Nº 27/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 27/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição Estadual): O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

- 11- **Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 7 de junho de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 27/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 27/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11773/2019.

Apensos: Processo nº 11434/2019 e 15035/2019.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Marãã.

4- Exercício: 2018.

5- Responsável: Luiz Magno Praiano Moraes (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2681/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marãã. Exercício de 2018.

Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Determinar**, diante das irregularidades identificadas e dos indícios de improbidade administrativa, a **remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual**, para as medidas que considerar cabíveis no âmbito de sua atuação, na forma do art. 22, §3º, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. Determinar à Secretaria Geral de Controle Externo – Secex** que adote as medidas necessárias para a autuação de processos em relação às impropriedades não sanadas, constantes nos subitens 1.1.3; 2.1.3; 3.1.1 a 3.1.3 da DICOP; itens 1 a 6, 8 a 11, 13 a 22, 23, subitens 24.1 a 24.4, 26.5 a 26.7, 27.1, 27.3 a 27.9, 28, alíneas “a” a “c” da DICAMI, elencadas na fundamentação do Relatório-Voto;
- 10.3. Dar ciência ao Sr. Luiz Magno Praiano Moraes**, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão correspondente, para que tome as



ACÓRDÃO Nº 27/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 27/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

providências que entender cabíveis.

10.4. Arquivar os autos, após expirados os prazos legais;

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de junho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral